

## PODER

# Mourão aplaude o STF por suspender emendas

Vice-presidente da República diz que "intervenção" do Supremo no caso foi "oportuna"

» LUANA PATRIOLINO

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) manter, por 8 x 2, a suspensão das emendas do relator, o vice-presidente Hamilton Mourão disse que a "intervenção" da Corte foi "oportuna". O comentário do general vai na contramão do que prega o governo.

"Acho que os princípios da administração pública, de legalidade, de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência não estavam sendo respeitados nessa forma af de execução orçamentária. Então, acho que a intervenção do STF foi oportuna", disparou. "Você tem que dar o máximo de publicidade. É princípio da administração pública, aí conjugado com a eficiência."

A decisão do Supremo mantém a liminar expedida pela ministra Rosa Weber, relatora do caso, que suspendeu o pagamento das emendas do relator. Os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e o presidente da Corte, Luiz Fux, acompanharam Rosa Weber. Apenas Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques divergiram. Pelo entendimento do STF, o Congresso e o governo devem dar transparência à distribuição desses recursos.

O advogado eleitoral André Maimoni, um dos que ingressaram com a ação no STF contra as emendas do relator, afirmou que a matéria é inconstitucional. "É o orçamento da União. Bilhões de reais estavam sendo destinados de modo secreto e sem critério algum. Isso é antidemocrático e está ferindo aspectos básicos da

Evaristo Sá/AFP



Mourão vai na contramão do governo, que apoia as emendas

## Voto com o governo

Classificado por Bolsonaro como seus "10%" dentro do STF, Marques propôs que Congresso "aperfeiçoe a tramitação das normas orçamentárias" apenas em 2022. Para ele, é necessário que repasses empenhados em 2020 e 2021 sigam valendo, pois, "atenderam às normas vigentes".

isonomia, da democracia e da transparência", criticou.

Para o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, a decisão do STF foi acertada. "Essas emendas estavam servindo mesmo como instrumento promíscuo de barganha entre o Executivo e o Legislativo", ressaltou. "Estava praticamente obtendo votos de parlamentares no que deixava de ser um critério técnico. Passou a ser uma negociata."



**Os princípios da administração pública, de legalidade, de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência não estavam sendo respeitados nessa forma de execução orçamentária"**

**Hamilton Mourão,**  
vice-presidente da República

## Saiba mais

### Emendas em troca de apoio

*Recursos da União estavam sendo distribuídos por meio das emendas do relator — as chamadas RP9 — sem critérios técnicos, a um grupo de parlamentares, principalmente às vésperas de votações de interesse do Palácio do Planalto. Tratava-se da nova fisionomia da política do "toma lá dá cá", usada pelo governo em troca de apoio no Congresso. Para garantir, por exemplo, a aprovação da PEC dos Precatórios em primeiro turno na Câmara, o governo liberou R\$ 1,2 bi em recursos desse orçamento secreto.*

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Aro: "O Auxílio mexe com a motivação do beneficiário"

deputado considera que a discussão orçamentária "virou um nó". "Quando eu estava negociando com os ministérios da Economia e da Cidadania, aumentáramos o orçamento do programa de R\$ 34 bilhões para R\$ 60 bilhões", contou. "Estava trabalhando em cima disso. Até o presidente Bolsonaro falar publicamente que ninguém receberia menos do que R\$ 400,

sendo que o tíquete médio do Bolsa Família é R\$ 189. Quando se fala que o valor não será menos de R\$ 400, o benefício passa a ser R\$ 450 ou R\$ 500, que é o mínimo. Para conseguir o que o presidente falou, o orçamento precisa ser de R\$ 85 bilhões", acrescentou.

**\*Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa**

## Defesa do programa social

» DENISE ROTHENBURG  
» JOÃO VITOR TAVAREZ\*

Além da transferência de renda, o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, tem o objetivo de emancipar social e economicamente seus beneficiários, conforme afirmou o deputado Marcelo Aro (PP-MG), relator da medida provisória que cria o programa.

"Muitas coisas vão mudar. O Auxílio Brasil mexe com a motivação do beneficiário. O Bolsa Família é um programa de proteção social e teve o seu papel histórico em nosso país, que começou em 2003 e completou, em 2021, 18 anos. É um bom programa de proteção, porém tem defeitos, buracos e lacunas", enfatizou Aro, em entrevista ao programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

A MP nº 1.061 está valendo desde a sua publicação, em agosto de 2021. Tem, portanto, força de lei, mas precisa da aprovação do Congresso em até 120 dias para valer de forma definitiva. O texto poderá passar por modificações de deputados e senadores. "Já tem várias mudanças no meu relatório. A primeira

é zerar a fila (para recebimento do auxílio)", disse.

Questionado sobre como zerar essa fila, o parlamentar respondeu: "Se você preenche os requisitos para receber o Auxílio Brasil, vai obtê-lo. Não pode ter fila, pois essas pessoas não podem esperar. São pessoas que passam dificuldade em comprar alimento".

Outra mudança, segundo Aro, é mexer na linha de pobreza e extrema pobreza. "Nós vamos corrigir pela inflação, que, desde 2018, não temos alteração. A minha proposta é corrigir (a zona de classificação) da extrema pobreza para R\$ 105 e pobreza, para R\$ 210", afirmou.

Segundo Aro, as demais alterações referem-se ao bônus para beneficiários cuja carteira de trabalho for assinada, o auxílio-creche e subsídios para crianças. "Na questão mérito, o texto do governo é bom. Estou mandando alguns detalhes para aperfeiçoar o projeto", frisou.

Em relação ao valor médio do benefício, que ainda está sendo definido pelo governo, o

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

## Moro é o candidato da centro-direita frustrada com Bolsonaro

A filiação do ex-ministro da Justiça Sergio Moro ao Podemos, partido que se posicionou o tempo todo para recebê-lo como candidato a presidente da República, mira o espectro eleitoral das forças de centro-direita do país, frustradas pelo mau desempenho administrativo de Bolsonaro e as alianças com os partidos do chamado Centrão: PP, PL e Republicanos, principalmente. Seu discurso na cerimônia de filiação, ontem, em Brasília, deixou isso muito claro e tende a galvanizar apoios dos eleitores decepcionados com Bolsonaro e certos setores da sociedade que apoiavam incondicionalmente a Operação Lava-Jato, como os militares. Sua pré-candidatura cria mais problemas para Bolsonaro do que para os partidos de oposição, no primeiro turno; caso chegue ao segundo turno, será outra história.

"Chega de corrupção, chega de mensalão, chega de petróleo, chega de rachadinha. Chega de querer levar vantagem em tudo e enganar a população", bradou Moro, ao assinar sua ficha de filiação. Mais claro do que isso, impossível. Mirou nos dois principais adversários do primeiro turno, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas de opinião olímpicamente, e o presidente Bolsonaro, que parece ser seu adversário principal no primeiro turno. Moro deixou a 13ª Vara Federal de Curitiba, onde era o juiz titular, para ser ministro da Justiça de Bolsonaro. Deu tudo errado.

"Eu olhava que o sistema político iria se corrigir após a Lava-Jato, que a corrupção seria coisa do passado e que o interesse da população seria colocado em primeiro lugar. Isso não aconteceu", disse Moro, para justificar sua filiação ao Podemos e a pré-candidatura quase explícita: "Embora tenha muita gente boa na política, nós não vemos grandes avanços. Após um ano fora, eu resolvi voltar. Não podia ficar quieto, sem dizer o que penso, sem tentar, mais uma vez, com vocês, ajudar o Brasil. Então, resolvi fazer do jeito que me restava, entrando na política, corrigindo isso de dentro para fora."

O ex-juiz não esconde as mágoas com Bolsonaro: "Quando vi meu trabalho boicotado e quando foi quebrada a promessa de que o governo combateria a corrupção, sem proteger quem quer que seja, continuar como ministro seria apenas uma farsa. Nunca renunciarei aos meus princípios e ao compromisso com o povo brasileiro. Nenhum cargo vale a sua alma", disse. Desde sua saída do governo, Moro vem tendo a sua imagem de juiz competente e íntegro desconstruída, a primeira por sucessivas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), a segunda pelos adversários políticos da Operação Lava-Jato, da qual foi artífice e é o principal símbolo, que o acusam de parcialidade.

## Concorrência

A entrada de Moro no Podemos, partido que tem 10 deputados federais e nove senadores, presidido pela deputada Renata Abreu (SP), mexe com a tabuleiro eleitoral de 2022, porque potencialmente ocupa um quadrante à direita que seria fundamental para a reeleição de Bolsonaro. Podemos é um partido independente em relação ao governo no Senado, mas nem tanto na Câmara. Moro é ligado ao senador Álvaro Dias (PR), ex-candidato à Presidência pela legenda, que articulou sua filiação.

Sua candidatura é contingenciada por Bolsonaro, que hoje tem o apoio de menos de 25% do eleitorado, à direita. Também o é pelos pré-candidatos da chamada "terceira via", Henrique Mandetta (DEM), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Simone Tebet (MDB-MS) e Alessandro Vieira (Cidadania-ES), além dos dois postulantes à Presidência que disputam as prévias do PSDB, os governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS), todos mirando o chamado centro democrático, e do candidato do PDT, Ciro Gomes (CE), mais à esquerda.

A filiação de Moro ao Podemos encerra um ciclo político antissistema, que surgiu nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff, em 2013; prosperou com a campanha por seu impeachment, após sua reeleição em 2014; mandou recados para todos os partidos nas eleições municipais de 2016; e culminou com a eleição de Bolsonaro, em 2018. A anunciada filiação do presidente da República ao PL, partido de Valdemar Costa Neto (SP), no próximo dia 22, e a articulação de sua federação governista com o PP e o Republicanos consolidam um bloco político de direita no poder, no âmbito do sistema partidário existente, que ganha até mais nitidez programática.

Moro seria o herdeiro natural desse sentimento antissistema, que procurou capitalizar no seu discurso, mas o Podemos, o Novo e o MBL, que apoiam, já estão no leito natural da política eleitoral: o Congresso e o seu sistema partidário. A consolidação de sua candidatura vai depender muito mais do poder de alavancagem do apoio popular à Lava-Jato do que de suas alianças, que serão restritas devido aos ressentimentos dos políticos tradicionais com sua atuação naquela operação.

## O GDF FEZ

Já aplicou mais de 3,5 milhões de doses da vacina contra a Covid-19.

Um dos governos que mais vacina contra a Covid-19 em todo o Brasil, o GDF fez ainda mais no combate à pandemia: contratou 8 mil médicos e servidores para a saúde, construiu e ampliou quatro hospitais, três UPAs e 8 UBSs, destinou cerca de R\$ 5 bilhões em créditos para empresas e deu assistência social para mais de 700 mil pessoas.

Com cada um fazendo a sua parte, construímos um futuro melhor.



## E O QUE VOCÊ PODE FAZER?

Tome todas as doses da vacina e continue se cuidando. A pandemia ainda não acabou.

A terceira dose já está disponível! Saiba se você pode tomar:



O COMBATE À COVID-19 A GENTE FAZ JUNTOS.

